

SANTO AGOSTINHO PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ N° 20.667.724/0001-09

NIRE N° 42 3 0005345-7

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte - Agrônômica - Florianópolis - SC - CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Santo Agostinho Participações S.A. (“Santo Agostinho Participações” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Santo Agostinho Participações é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. A Santo Agostinho Participações detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho, localizado em Lajes e Pedro Avelino, no Estado do Rio Grande do Norte.

Atualmente a Santo Agostinho Participações controla diretamente 14 subsidiárias que detém 434,0 MW de capacidade instalada e 224,2 MWh de garantia física em empreendimentos operacionais de geração eólica.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Engie Brasil Energias Complementares Participações Ltda., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 1.230,8 GWh, desempenho 28,7% superior à observada em 2024, que foi de 956,3 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, em 2025 atingiu 85,92%, 15,39 p.p. superior ao obtido em 2024, de 70,53%.

O Conjunto Eólico Santo Agostinho, do qual a Companhia faz parte, foi finalizado em 2024, entrando 100% em operação comercial, o que justifica o crescimento de produção em 2025 frente ao registrado em 2024, quando parte do Conjunto ainda estava em fase de implantação.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	398.130	621.303	(223.173)	(35,9)
Lucro bruto	211.630	483.941	(272.311)	(56,3)
Resultado do serviço (Ebit)	209.464	481.718	(272.254)	(56,5)
Ebitda (Lajida) ¹	308.321	547.239	(238.918)	(43,7)
Resultado financeiro	(94.841)	(93.011)	(1.830)	2,0
Lucro líquido do exercício	88.800	284.751	(195.951)	(68,8)

¹Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: a redução decorreu, principalmente, de receitas de indenizações por indisponibilidade por descumprimento de condições contratuais não auferidas em 2025 e que impactaram o aumento da receita operacional líquida em 2024, e atenuado pelo aumento na geração de energia.

Lucro bruto, resultado do serviço e Ebitda: a redução é motivada, principalmente, pela redução da receita operacional líquida e parcialmente acentuada pelo aumento dos custos do serviço de terceiros e depreciação.

Lucro líquido do exercício: redução motivada pelos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram outros serviços, exceto aqueles relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

SANTO AGOSTINHO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 20.667.724/0001-09 | NIRE Nº 42 3 0005345-7
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	19	42	108.919	144.724
Contas a receber de clientes	5	-	-	38.953	35.282
Indenizações	13	-	-	45.727	-
Dividendos a receber	7	61.899	69.978	-	-
Outros ativos circulantes		1	5	9.607	7.719
		61.919	70.025	203.206	187.725
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	38.489	27.324
Indenizações	13	-	-	-	45.727
Outros ativos não circulantes		6	2	122	124
		6	2	38.611	73.175
Investimento	7	1.065.922	1.555.829	-	-
Imobilizado	8	-	-	2.419.476	2.502.989
Intangível		-	-	673	664
		1.065.928	1.555.831	2.504.487	2.576.828
TOTAL		1.127.847	1.625.856	2.661.966	2.764.553
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	24	43	21.685	27.077
Dividendos	12	103.999	70.244	103.999	70.244
Financiamento	11	-	-	76.715	52.519
Outros passivos circulantes		-	-	5.060	5.298
		104.023	70.287	207.459	155.138
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	41.959	37.019
Financiamento	11	-	-	1.359.051	989.729
Provisão para desmobilização	8	-	-	29.673	27.098
		-	-	1.430.683	1.053.846
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	12				
Capital social		941.326	1.330.046	941.326	1.330.046
Reservas de lucros		19.228	22.638	19.228	22.638
Dividendos adicionais propostos		63.270	202.885	63.270	202.885
		1.023.824	1.555.569	1.023.824	1.555.569
TOTAL		1.127.847	1.625.856	2.661.966	2.764.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO AGOSTINHO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 20.667.724/0001-09 | NIRE Nº 42 3 0005345-7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	-	-	398.130	621.303
CUSTOS OPERACIONAIS					
Depreciação e amortização	8	-	-	(98.857)	(65.529)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		-	-	(30.458)	(30.542)
Serviços de terceiros		-	-	(25.774)	(11.588)
Energia comprada para revenda		-	-	(10.396)	(6.046)
Outros		-	-	(21.015)	(23.657)
		-	-	(186.500)	(137.362)
RESULTADO BRUTO		-	-	211.630	483.941
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas					
Serviços de terceiros		(95)	(89)	(2.095)	(2.088)
Outras		(6)	13	(71)	(135)
		(101)	(76)	(2.166)	(2.223)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	88.901	284.828	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		88.800	284.752	209.464	481.718
RESULTADO FINANCEIRO					
Renda de aplicações financeiras		-	-	44.020	8.045
Renda de depósitos vinculados		-	-	4.610	2.836
Juros e variação monetária sobre financiamento	11	-	-	(137.289)	(102.235)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	-	-	(1.313)	(670)
Outras despesas financeiras, líquidas		-	(1)	(4.869)	(987)
		-	(1)	(94.841)	(93.011)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS		88.800	284.751	114.623	388.707
Imposto de renda e contribuição social correntes	14				
Imposto de renda		-	-	(17.941)	(75.364)
Contribuição social		-	-	(7.882)	(28.592)
		-	-	(25.823)	(103.956)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		88.800	284.751	88.800	284.751

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	88.800	284.751	88.800	284.751
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	88.800	284.751	88.800	284.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO AGOSTINHO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 20.667.724/0001-09 | NIRE Nº 42 3 0005345-7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31.12.2023		1.241.941	552	7.848	-	-	1.250.341
Aumento de capital		88.105	-	-	-	-	88.105
Lucro do exercício		-	-	-	-	284.751	284.751
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	14.238	-	-	(14.238)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(67.628)	(67.628)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	202.885	(202.885)	-
Saldo em 31.12.2024	12	1.330.046	14.790	7.848	202.885	-	1.555.569
Redução de capital		(389.460)	-	-	-	-	(389.460)
Aumento de capital		740	-	-	-	-	740
Dividendos intermediários		-	-	(7.848)	-	-	(7.848)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(202.885)	-	(202.885)
Lucro do exercício		-	-	-	-	88.800	88.800
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	4.438	-	-	(4.438)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(21.092)	(21.092)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	63.270	(63.270)	-
Saldo em 31.12.2025	12	941.326	19.228	-	63.270	-	1.023.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO AGOSTINHO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 20.667.724/0001-09 | NIRE Nº 42 3 0005345-7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	88.800	284.751	114.623	388.707
Conciliação do resultado com o caixa das operações:				
Resultado de participações societárias	(88.901)	(284.828)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	98.857	65.529
Juros sobre depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(4.611)	(2.836)
Juros e variação monetária sobre financiamento	-	-	137.289	102.235
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	-	-	1.313	670
Outros	(2)	(14)	4.073	498
Resultado antes dos tributos ajustado	(103)	(91)	351.544	554.803
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.671)	(3.499)
Outros créditos fiscais a recuperar	-	-	(7.023)	-
Indenizações	-	-	-	(45.727)
Outros ativos	2	-	(1.883)	(1.500)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(20)	-	(5.444)	(10.118)
Outros passivos	-	32	(1.855)	(22.714)
Caixa das atividades operacionais	(121)	(59)	331.668	471.245
Pagamentos de juros sobre financiamento	-	-	(79.040)	(63.858)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(19.506)	(99.779)
Caixa líquido das atividades operacionais	(121)	(59)	233.122	307.608
Atividades de investimento				
Aumento (redução) de capital em controladas	346.760	(88.055)	-	-
Aplicação imobilizado e intangível	-	-	(10.852)	(261.490)
Dividendos recebidos	240.127	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	586.887	(88.055)	(10.852)	(261.490)
Atividades de financiamento				
Redução (aumento) de capital	(388.720)	88.105	(388.720)	88.105
Pagamento de dividendos	(198.069)	-	(198.070)	-
Pagamento de financiamento	-	-	(64.089)	(49.700)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	(6.554)	2.346
Captação de financiamento	-	-	399.358	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(586.789)	88.105	(258.075)	40.751
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(23)	(9)	(35.805)	86.869
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	42	51	144.724	57.855
Saldo final	19	42	108.919	144.724
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(23)	(9)	(35.805)	86.869
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa				
Provisão para desmobilização	-	-	1.262	23.055
Fornecedores de imobilizado	-	-	(4.746)	10.245
Juros e variação monetária de financiamento capitalizados	-	-	-	12.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTO AGOSTINHO PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 20.667.724/0001-09 | NIRE Nº 42 3 0005345-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santo Agostinho Participações S.A. (“Companhia” ou “Santo Agostinho Participações”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 21.07.2014, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

A Santo Agostinho Participações é controladora de 14 empresas, as quais em conjunto formam o Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I (“Conjunto”), localizado nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, no estado do Rio Grande do Norte, cuja construção teve início em junho de 2021. O Conjunto possui capacidade instalada de 434,0 MW.

Empresa	Projeto Eólico	Capacidade instalada (MW) ¹	Garantia física estimada (MWm)	Participação no capital integralizado e votante (%)
				31.12.2025 e 31.12.2024
Eólica Santo Agostinho 1 S.A.	ESA 1	18,6	9,2	99,99
Eólica Santo Agostinho 2 S.A.	ESA 2	31,0	14,9	99,99
Eólica Santo Agostinho 3 S.A.	ESA 3	12,4	6,4	99,99
Eólica Santo Agostinho 4 S.A.	ESA 4	37,2	19,7	99,99
Eólica Santo Agostinho 5 S.A.	ESA 5	55,8	27,9	99,99
Eólica Santo Agostinho 6 S.A.	ESA 6	24,8	13,7	99,99
Eólica Santo Agostinho 13 S.A.	ESA 13	37,2	17,9	99,99
Eólica Santo Agostinho 14 S.A.	ESA 14	6,2	3,1	99,99
Eólica Santo Agostinho 17 S.A.	ESA 17	43,4	23,9	99,99
Eólica Santo Agostinho 18 S.A.	ESA 18	31,0	15,3	99,99
Eólica Santo Agostinho 21 S.A.	ESA 21	31,0	16,0	99,99
Eólica Santo Agostinho 25 S.A.	ESA 25	24,8	13,4	99,99
Eólica Santo Agostinho 26 S.A.	ESA 26	43,4	23,9	99,99
Eólica Santo Agostinho 27 S.A.	ESA 27	37,2	18,9	99,99
Total		434,0	224,2	

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Adicionalmente, as controladas participam do Consórcio Santo Agostinho, com participação de 100%. O Consórcio é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE”).

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 19.03.2026.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, Santo Agostinho Participações, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia. A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pela eliminação das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela. Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no encerramento do exercício, a existência de evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de *impairment*. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

c.3) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. A Controladora apura os impostos sobre o regime do lucro real. Suas controladas adotam os regimes de tributação pelo lucro real ou pelo lucro presumido, conforme aplicável a cada Companhia.

i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Santo Agostinho (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

l) Novas normas, alterações, interpretações e orientações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	19	42	1.653	2.132
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	-	107.266	142.592
	19	42	108.919	144.724

As aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas estão concentradas, substancialmente, nos fundos de investimento exclusivos (FIE) Energy Renda Fixa e Energy Prime Renda Fixa, cuja gestão é feita pelo Banco Santander e pelo Banco BTG Pactual, respectivamente. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e em instrumentos de captação bancária, predominantemente de instituições financeiras com classificação de risco AAA, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do FIE Energy Renda Fixa nos anos de 2025 e 2024 foi, respectivamente, cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial). Adicionalmente, o FIE Energy Prime Renda Fixa apresentou rentabilidade média de 100,8% do CDI em 2025.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
ENGIE Comercializadora Varejista Ltda. ("ECV")	38.926	35.223
Transações realizadas na CCEE	27	59
	38.953	35.282

Os valores a receber no montante de R\$ 38.926 (R\$ 35.223 em 31.12.2024) correspondem a contrato firmado com a parte relacionada ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), com vencimento em 2045, sendo seu reajuste feito anualmente pelo IPCA, em outubro do respectivo ano. Não havia valores vencidos em 31.12.2025 e 31.12.2024.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha, no consolidado, R\$ 38.489 (R\$ 27.324 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamentos. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Saldo em 31.12.2023	Aumento de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2024	Redução (aumento) de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31.12.2025
ESA 1	51.766	-	(2.222)	9.504	59.048	(29.980)	(7.351)	2.889	24.606
ESA 2	79.926	-	(4.045)	19.205	95.086	(45.110)	(12.946)	3.411	40.441
ESA 3	29.726	5.915	(1.335)	6.969	41.275	8.480	(4.872)	3.655	48.538
ESA 4	69.752	22.805	(4.521)	23.000	111.036	(53.944)	(15.408)	7.766	49.450
ESA 5	151.728	18.835	(13.063)	59.919	217.419	(52.455)	(39.190)	(4.200)	121.574
ESA 6	43.914	23.895	(2.675)	13.918	79.052	(39.725)	(9.425)	5.895	35.797
ESA 13	140.358	-	(4.225)	17.790	153.923	(1.565)	(19.684)	10.461	143.135
ESA 14	36.007	-	(328)	1.382	37.061	(6.848)	(1.833)	1.379	29.759
ESA 17	170.578	-	(7.845)	33.046	195.779	(3.268)	(39.360)	18.149	171.300
ESA 18	72.329	16.605	(1.916)	10.350	97.368	29.973	(7.757)	8.450	128.034
ESA 21	81.880	-	(4.200)	17.681	95.361	(46.718)	(14.583)	6.920	40.980
ESA 25	68.026	-	(3.904)	16.437	80.559	(36.372)	(13.626)	4.518	35.079
ESA 26	158.057	-	(7.693)	32.486	182.850	(21.188)	(26.002)	12.280	147.940
ESA 27	92.367	-	(5.496)	23.141	110.012	(48.040)	(20.011)	7.328	49.289
	1.246.414	88.055	(63.468)	284.828	1.555.829	(346.760)	(232.048)	88.901	1.065.922

A seguir, algumas informações financeiras das empresas que compõem o Conjunto Eólico Santo Agostinho, referentes ao exercício findo em 31.12.2025 e 31.12.2024:

	31.12.2025						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Participação (%)
ESA 1	21.935	113.058	88.452	24.606	16.717	2.889	99,99
ESA 2	36.988	189.295	148.854	40.441	27.050	3.411	99,99
ESA 3	45.470	75.040	26.502	48.538	11.606	3.655	99,99
ESA 4	42.577	224.326	174.876	49.450	35.574	7.766	99,99
ESA 5	123.024	378.999	257.425	121.574	47.137	(4.200)	99,99
ESA 6	30.740	156.898	121.101	35.797	24.780	5.895	99,99
ESA 13	133.951	213.584	70.449	143.135	32.566	10.461	99,99
ESA 14	28.602	46.430	16.671	29.759	5.603	1.379	99,99
ESA 17	155.002	263.683	92.383	171.300	43.397	18.149	99,99
ESA 18	121.187	183.803	55.769	128.034	27.714	8.450	99,99
ESA 21	34.795	183.568	142.588	40.980	29.190	6.920	99,99
ESA 25	30.753	156.930	121.851	35.079	23.887	4.518	99,99
ESA 26	136.956	253.226	105.286	147.940	38.516	12.280	99,99
ESA 27	42.420	223.099	173.810	49.289	34.393	7.328	99,99

	31.12.2024						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício	Participação (%)
ESA 1	51.915	116.465	57.417	59.048	25.007	9.504	99,99
ESA 2	82.098	193.420	98.334	95.086	46.094	19.205	99,99
ESA 3	36.990	79.222	37.497	41.725	15.790	6.969	99,99
ESA 4	96.521	224.844	113.808	111.036	51.312	23.000	99,99
ESA 5	175.479	388.613	171.194	217.419	126.903	59.919	99,99
ESA 6	70.465	156.656	77.604	79.052	32.664	13.918	99,99
ESA 13	135.516	225.131	71.208	153.923	36.300	17.790	99,99
ESA 14	35.450	51.730	14.669	37.061	6.109	1.382	99,99
ESA 17	158.270	292.795	97.016	195.779	57.325	33.046	99,99
ESA 18	91.214	187.419	90.051	97.368	30.846	10.350	99,99
ESA 21	81.513	190.156	94.795	95.361	42.774	17.681	99,99
ESA 25	67.125	167.939	87.380	80.559	37.872	16.437	99,99
ESA 26	158.144	266.220	83.370	182.850	57.006	32.486	99,99
ESA 27	90.460	223.886	113.874	110.012	55.302	23.141	99,99

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação (ao ano)	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2025	31.12.2024
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,9%	2.409.487	(156.987)	2.252.500	2.342.291
Edificações e benfeitorias	3,4%	120.882	(6.791)	114.091	118.192
Móveis e utensílios	6,3%	364	(31)	333	341
Direito de uso de arrendamentos	4,6%	50.601	(3.571)	47.030	41.656
		2.581.334	(167.380)	2.413.954	2.502.480
Em curso					
Máquinas e equipamentos		5.424	-	5.424	501
Outros		98	-	98	8
		5.522	-	5.522	509
		2.586.856	(167.380)	2.419.476	2.502.989

b) Mutação

	Consolidado					Total
	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	
Saldo em 31.12.2023	361.850	14.462	-	2.401	1.842.840	2.221.553
Ingressos	-	-	-	-	271.735	271.735
Remensuração	-	-	-	39.619	-	39.619
Provisão para desmobilização	23.055	-	-	-	-	23.055
Juros e V.M. ¹ capitalizados	-	-	-	-	12.556	12.556
Transferências	2.019.955	106.318	349	-	(2.126.622)	-
Depreciação	(62.569)	(2.588)	(8)	(364)	-	(65.529)
Saldo em 31.12.2024	2.342.291	118.192	341	41.656	509	2.502.989
Ingressos	-	-	-	-	6.106	6.106
Remensuração	-	-	-	8.044	-	8.044
Provisão para desmobilização	1.262	-	-	-	-	1.262
Transferências	1.023	-	70	-	(1.093)	-
Baixas	(12)	-	(56)	-	-	(68)
Depreciação	(92.064)	(4.101)	(22)	(2.670)	-	(98.857)
Saldo em 31.12.2025	2.252.500	114.091	333	47.030	5.522	2.419.476

(1) V.M.: Variação monetária

c) Provisão para desmobilização

Em 2023, algumas controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques eólicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 3,59%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2025 era de R\$ 29.673 (R\$ 27.098 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) aumento por constituição de provisão de desmobilização de R\$ 1.262 (R\$ 23.055 em 2024) e (ii) juros e variação monetária de R\$ 1.313 (R\$ 670 em 2024) registrada no resultado de 31.12.2025.

d) Autorização do Órgão Regulador

As controladas da Companhia são detentoras de autorização para exploração dos parques eólicos, com capacidade instalada de 434,0 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2021.

NOTA 9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	-	-	48.180	42.382
Fornecedores de imobilizado	-	-	7.769	12.515
Fornecedores de materiais e serviços	24	43	3.261	6.708
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	2.631	2.491
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	1.803	-
	24	43	63.644	64.096
Passivo circulante	24	43	21.685	27.077
Passivo não circulante	-	-	41.959	37.019
	24	43	63.644	64.096

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência do financiamento contratado.

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e/ou de índices flutuantes. O cenário-base provável para 31.12.2026 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Risco de variação	Variação 12 meses 31.12.2025	Cenário Provável 31.12.2026	Sensibilidade		
			Provável	$\Delta + 25\%^1$	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2025, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2026 e demonstram os eventuais impactos adicional em 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado consolidado, e conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem no resultado consolidado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) das estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e/ou índices flutuantes para os próximos, são estas:

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2025	Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
IPCA	1.435.766	3.255	(12.816)	(608)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamento, deduzido do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	1.435.766	1.042.248
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(38.489)	(27.324)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(108.919)	(144.724)
Dívida líquida	1.288.358	870.200
Patrimônio líquido	1.023.824	1.555.569
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,3	0,6

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, a Companhia mantém contrato com a ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV"), controlada da ENGIE Brasil Energia, mitigando assim o seu risco de crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são majoritariamente alocados nos fundos exclusivos Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) e Energy Prime Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander e Banco BTG Pactual, respectivamente. Em 31.12.2025, a alocação do patrimônio de ambos os fundos era em ativos de baixíssimo risco, sendo sua maioria lastreados em títulos públicos federais e em instrumentos de captação bancária, em conformidade com os parâmetros de alocação e bancos elegíveis acima especificados, ambos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				Fluxo de caixa contratual
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	27.960	12.550	12.550	57.971	111.031
Financiamento	158.853	303.516	285.716	1.582.572	2.330.657
	186.813	316.066	298.266	1.640.543	2.441.688

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	107.266	142.592
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.653	2.132
Contas a receber de clientes	38.953	35.282
Depósitos vinculados	38.489	27.324
Indenizações	45.727	45.727
	232.088	253.057
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	63.644	64.096
Financiamento	1.435.766	1.042.248
	1.499.410	1.106.344

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTO

a) Mutações do financiamento

	Consolidado
	Total
Saldos em 31.12.2023	1.041.015
Juros e variação monetária	102.235
Juros e variação monetária capitalizados	12.556
Amortização do principal	(49.700)
Amortização de juros	(63.858)
Saldos em 31.12.2024	1.042.248
Captação de financiamentos	399.358
Juros e variação monetária	137.289
Amortização do principal	(64.089)
Amortização de juros	(79.040)
Saldos em 31.12.2025	1.435.766
Classificação no balanço patrimonial	
Passivo circulante	76.715
Passivo não circulante	1.359.051
	1.435.766

a.1) Principais transações realizadas em 2025

Em maio de 2025, foi liberado o montante de R\$ 406.995 (R\$ 399.358, líquidos dos custos de captação), referente ao financiamento com o BNDES contratado em 2021. Os recursos serão destinados ao financiamento da construção do Conjunto Eólico Santo Agostinho.

Em junho de 2025 o Conjunto Eólico Santo Agostinho realizou realocação de saldos de financiamentos entre Companhias, resultando no ingresso de R\$ 83.888 na Eólica Santo Agostinho 5 remanejados pelas Eólicas Santo Agostinho 3, Santo Agostinho 17 e Santo Agostinho 18.

b) Vencimento do financiamento apresentado no passivo circulante

Ano	Consolidado
	Valor
2027	71.844
2028	71.844
2029	71.844
2030	71.844
2031	71.844
2032 a 2036	359.221
2037 a 2045	640.610
	1.359.051

c) Condições contratadas

	Encargos	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2025
		Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 6,15% a.a.	11.2045	Mensais	1.435.766

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativos ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta Santo Agostinho Participações S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,25$

(1) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

Os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia e são apurados anualmente, conforme estabelecido nestes contratos.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 era de R\$ 941.326 (R\$ 1.330.046 em 31.12.2024), totalmente subscritos e integralizados, representado por 941.326.233 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 941.326.232 pertencem à controladora ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda. e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia S.A.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída com a finalidade de financiar os investimentos no parque gerador da Companhia. No exercício de 2025 e 2024 não houve constituição de reserva de retenção de lucros.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos dos exercícios de 2025 está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	88.800	284.751
Reserva legal	(4.438)	(14.238)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	84.362	270.513
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	21.092	67.628
Total dos dividendos anuais	21.092	67.628

d.1) Mutação dos dividendos

	Consolidado
Saldos em 31.12.2023	2.616
Dividendos mínimos obrigatórios	67.628
Saldo em 31.12.2024	70.244
Pagamento de dividendos	(198.070)
Dividendos intermediários	210.733
Dividendos mínimos obrigatórios	21.092
Saldo em 31.12.2025	103.999

e) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2025, a Companhia encaminhou para aprovação a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2025, no valor R\$ 63.270 (R\$ 202.885 em 31.12.2024).

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, é apresentado e destacado no patrimônio líquido. Dessa forma, esses dividendos estão apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela AGO.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
ECV	416.019	365.222
Transações de curto prazo	187	8.576
ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.	-	272
	416.206	374.070
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(18.099)	(13.654)
OUTRAS RECEITAS		
Receita de indenização por indisponibilidade	23	260.887
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	398.130	621.303

A receita auferida em 2024 é oriunda de indenizações por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção do Conjunto Eólico Santo Agostinho, substancialmente relacionadas ao atraso na conclusão da obra. O valor registrado foi de R\$ 260.887. O valor reconhecido está estipulado em contrato e foi apurado de forma a compensar a Companhia pela receita não auferida em consequência do adiamento do cronograma da entrada em operação. Para 2025, a receita auferida remanescente foi de R\$ 23.

As indenizações por descumprimento contratual registradas no ativo no valor de R\$ 45.727 possuem expectativa de recebimento no exercício de 2026.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS NO RESULTADO

A Companhia apurou em 2025 e 2024 os impostos sobre o lucro utilizando o regime do lucro real. As investidas são optantes do regime de lucro presumido, exceto a Eólica Santo Agostinho 5 S.A. ("ESA 5").

Devido a não tributação de imposto de renda e contribuição social na Controladora e em sua investida ESA 5, a tabela a seguir apresenta a conciliação dos impostos considerando apenas o regime de lucro presumido.

A investida ESA 5 não reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo em vista a expectativa de alteração futura no regime de tributação e, conseqüentemente, a ausência de previsão de realização dos respectivos valores.

	Consolidado			
	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	416.206	416.206	374.070	374.070
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	33.296	49.945	29.926	44.888
Receita financeira	48.633	48.633	11.055	11.055
Receita de indenização por indisponibilidade	23	23	260.887	260.887
Outros	(9.228)	(11.021)	644	856
Base de cálculo	72.724	87.580	302.512	317.686
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(18.181)	(7.882)	(75.628)	(28.592)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	240	-	264	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(17.941)	(7.882)	(75.364)	(28.592)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 897.362 para todo o Conjunto Eólico Santo Agostinho.

b) Contrato de operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até junho de 2049. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 2.403.571.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. A vigência da apólice do PDBI vai até 31.05.2026 e os valores em riscos cobertos são de R\$ 2.273.564 para danos materiais e R\$ 569.741 para lucros cessantes para o Conjunto Eólico Santo Agostinho.

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Consolidado			
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	
	Contas a receber	Fornecedores	Receita operacional líquida	Serviços de terceiros
ECV	38.926	-	397.938	-
ENGIE	-	1.948	-	1.741
31.12.2025	38.926	1.948	397.938	1.741
31.12.2024	35.223	136	359.636	1.657

a) Venda e compra de energia entre partes relacionadas

A Companhia mantém contrato com a parte relacionada ECV, com vencimento em 2045, sendo seu reajuste feito anualmente pelo IPCA, em outubro do respectivo ano. O compromisso futuro deste contrato em 31.12.2025 é de R\$ 8.414.859. Mais informações sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão apresentados na Nota 5 – Contas a receber de clientes e Nota 13 – Conciliação da receita operacional líquida.

b) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Santo Agostinho Participações S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Tiago Lucimar da Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

Lucas Moura e Rocha
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Márcio dos Santos Rosa
CRC SC 023609/O-7



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
SANTO AGOSTINHO PARTICIPAÇÕES S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **SANTO AGOSTINHO PARTICIPAÇÕES S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento



Shape the future
with confidence

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.




Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 19 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O